

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RICHARD LITTLE, JOHN WILLIAMS (EDS.), THE ANARCHICAL SOCIETY IN A GLOBALIZED WORLD

Houndmills, Palgrave Macmillan, 2006, 234 pp.

Se a disciplina de relações internacionais tem uma virtude é a de ser uma ciência nova e ter muito próximos os seus pais fundadores: Edward Hallett Carr, Martin Wight, Hans Morgenthau, Raymond Aron, Kenneth Waltz ou Hedley Bull são nomes obrigatórios que evocam os clássicos da teoria das relações internacionais. Richard Little e John Williams publicaram em volume uma série de ensaios sobre o livro fundamental de Hedley Bull – *The Anarchical Society. A Study of Order in World Politics* – um marco fundador da Escola Inglesa de relações internacionais.

Na primeira parte do livro, as principais teses de Hedley Bull são passadas em revista por um conjunto de discípulos, mais ou menos distantes, incluindo John Williams, Nicholas Rengger e João Marques de Almeida. Os dois primeiros reavaliam Hedley Bull a partir de uma posição «reflectivista», que prejudica a pertinência das suas críticas a uma teoria realista

liberal. John Williams não consegue reconhecer nenhuma qualidade nas tensões entre a «objectividade» e a «advocacia», inerentes à análise de Hedley Bull. Nicholas Rengger inverte a posição de Hedley Bull, que separa radicalmente «ordem mundial» e «ordem internacional», para lhe impor uma *démarche* normativista em que a ordem internacional existe para servir a ordem mundial. Pelo contrário, João Marques de Almeida discute com Hedley Bull nos seus próprios termos e dentro da tradição da dita Escola Inglesa, redesenhando as «três tradições» de Martin Wight para as associar a períodos históricos sucessivos e trazer para a tradição racionalista da sociedade internacional moderna o princípio cosmopolita, que só pertence à ordem mundial, e não à ordem internacional, quando ultrapassa os limites da definição kantiana. Na segunda parte, mais interessante, as instituições internacionais de Hedley Bull – a guerra, a balança do poder, o direito e a diplomacia – são passadas em revista por Richard Little, Ian Hall, John Williams e Charles Jones, enquanto Barry Buzan reflecte sobre as instituições da sociedade anárquica.

**SETH JONES,
THE RISE OF EUROPEAN SECURITY
COOPERATION**

Cambridge, Cambridge University Press, 2007, 301 pp.

A defesa europeia ainda não tinha encontrado o seu autor. Ironicamente, é um académico norte-americano, Seth Jones, quem vem preencher esse vazio. Enquanto os analistas europeus se debatem com a metafísica da «potência normativa» nos labirintos da Política Externa e de Segurança Comum, o professor da Universidade de Georgetown toma a sério a cooperação de segurança entre os estados europeus e procura libertar esse tema dos maus argumentos sobre as suas origens.

A defesa europeia não é um resultado do efeito mágico das instituições multilaterais, como querem as teses liberais, pois nesse caso há muito existiria uma comunidade europeia de defesa. A defesa europeia também não existe para contrabalançar a República imperial, como querem as boas almas neogaullistas, pela boa e simples razão de que não só não há uma ameaça norte-americana à segurança europeia, como continuam a ser os Estados Unidos os principais garantes da defesa europeia. A evolução sustentada das políticas de segurança e defesa da União Europeia decorre de um dilema criado no fim da Guerra Fria. Por um lado, os Estados Unidos retiraram a maior parte das suas forças militares na Alemanha e passaram a ter outras prioridades na Ásia Oriental e no Médio Oriente. Esse retraimento estratégico é tanto mais inquietante quando coincide com a unificação da Alemanha e a necessidade de assegurar uma linha de

evitar o regresso de uma potência continental revisionista, oscilando entre o Leste e o Oeste. Nesse quadro, o empenho conjunto da Grã-Bretanha e da França na política de defesa da União Europeia é essencial para compensar o recuo norte-americano e ancorar a grande potência central na Europa Ocidental. Essa estratégia tem o apoio decisivo dos europeístas alemães, nomeadamente os democratas-cristãos e os verdes, que querem consolidar a posição da Alemanha como uma potência de *status quo* no pós-Guerra Fria. O problema é a tensão inevitável entre a consolidação da defesa europeia e a continuidade da aliança transatlântica, cuja tendência natural parece ser a ruptura da união das democracias ocidentais.

**TIM DUNNE, MILJA KURKI,
STEVE SMITH,
INTERNATIONAL RELATIONS THEORIES.
DISCIPLINE AND DIVERSITY**

Oxford, Oxford University Press, 2007, 350 pp.

A teoria das relações internacionais deixou de o ser no singular e assumiu, talvez definitivamente, o princípio da sua pluralidade. De facto, desde a sua emergência como uma disciplina separada da teoria política, o campo das relações internacionais foi dominado por debates sucessivos entre teorias opostas. No princípio, a divisão separou os realistas e os idealistas, numa segunda fase – doença infantil – foi preciso resistir às tentativas das escolas behavioristas para quantificar e medir as variáveis do sistema internacional, depois o duelo entre os (neo) realistas e os (neo) liberais ocupou o terreno,

antes de surgir uma terceira via construtivista, que é um idealismo à sua maneira. Steve Smith considera não só a diversidade, mas também a proliferação das teorias como um passo positivo. Para sublinhar essa virtude, juntamente com Tim Dunne e Milja Kurki, os três professores na Universidade de Exeter, colecionou nada menos do que nove teorias das relações internacionais. Para além das clássicas – realismo e neo-realismo, liberalismo e neoliberalismo, a Escola Inglesa – também correntes mais instáveis, como o marxismo e a teoria crítica (que não são uma escola de relações internacionais), ou emergentes, como o construtivismo, e ainda uma poeira «reflectivista» ou «pós-positivista», que inclui o feminismo, o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo e a «Green Theory». Os antigos diziam *quod abundat non nocet*, mas nem por isso deixa de existir uma dificuldade em admitir como teorias das relações internacionais exercícios que não têm uma relação específica com esse domínio.

Dito isto, o manual de Exeter é impecável, nomeadamente por ter conseguido reunir textos originais de um conjunto de teóricos importantes sobre os seus temas de eleição – Chris Brown sobre as Relações Internacionais e a Teoria Política, Richard Ned Lebow sobre o Realismo, John Mearsheimer sobre o Realismo Estruturalista, Lisa Martin sobre o Liberalismo ou o próprio Tim Dunne sobre a Escola Inglesa e ainda Ole Wæver sobre se ainda existe uma disciplina das relações internacionais depois de tantas teorias.

SHERI BERMAN,
**THE PRIMACY OF POLITICS. SOCIAL
DEMOCRACY AND THE MAKING OF
EUROPE'S TWENTIETH CENTURY**
Cambridge, Cambridge University Press, 2006, 228 pp.

Quem ganhou a Guerra Fria? A versão corrente afirma que o liberalismo acabou por prevalecer sobre o comunismo e, nesse sentido, decidiu o desfecho da luta entre os Estados Unidos e a União Soviética. Sheri Berman, da Universidade de Columbia, não está de acordo: quem ganhou foi o socialismo democrático. Para demonstrar a sua tese, Sheri Berman parte de uma questão histórica: por que razão a primeira e a segunda parte do século XX na Europa são tão diferentes. Entre 1914 e 1945, a Europa foi devastada pelas guerras totais e pelas revoluções totalitárias, mas a «longa paz» da Guerra Fria acabou bem, com a vitória da democracia liberal e de uma versão moderada do capitalismo. O caos económico, social e político da primeira metade do século XX é atribuído, à maneira de Polanyi e de Schumpeter, à força brutal da modernização capitalista, que desfaz as velhas estruturas comunitárias e provoca a crise dos regimes liberais. Nessa conjuntura, prevalecem os herdeiros de Georges Sorel, os socialistas nacionalistas, ao mesmo tempo reaccionários e revolucionários, que levam a crise europeia até aos limites da sua própria destruição. A lição da crise é tirada pela outra metade da divisão do movimento socialista do século XIX, os herdeiros de Eduard Bernstein, que defendem um socialismo democrático em que convergem a defesa da liberdade e do pluralismo com a moderação social do capi-

talismo e do mercado. No fim da II Guerra Mundial, na Europa Ocidental prevalece o modelo social-democrata, que está na primeira linha de defesa política das democracias ocidentais na luta contra o totalitarismo comunista. Ironicamente, com a exceção da Suécia e, em parte, da Grã-Bretanha, não são os partidos socialistas e sociais-democratas quem vai inicialmente realizar o essencial do programa histórico

da social-democracia. Mas é essa Europa, onde se conjugam os valores da liberdade e da igualdade, expressos na prioridade atribuída pelas democracias representativas ao desenvolvimento dos sistemas modernos de segurança social, que ganha a Guerra Fria. Naturalmente, o momento da sua vitória é também o princípio do fim do modelo social-democrata.

■ **CARLOS GASPAR**